

NECROCULTURA DO ARMÁRIO: A NORMATIZAÇÃO DOS ESTEREÓTIPOS QUEER COMO (DES)LEGITIMAÇÃO DA VIOLÊNCIA ANTI-LGBTQIA+

Felipe da Silva Polydoro¹

João Gabriel Gomes Maia dos Santos²

Resumo: Propomos neste artigo analisar a normatização dos estereótipos relacionados e direcionados à comunidade *queer* (ou LGBTQIA+) como formas de justificar a violência anti-LGBTQIA+ estrutural e entre indivíduos. A partir de uma revisão da literatura nas áreas dos estudos de gênero, da sexualidade, políticos e sociais, atreladas a um objeto de pesquisa no âmbito audiovisual, contextualizamos e definimos um possível conceito para o termo necrocultura do armário. Utilizando o filme *The Inspection* (2022) como campo de análise, buscamos evidenciar a lógica por trás do conceito proposto, como ele se expressa socialmente e o que isso afeta a comunidade *queer*. O artigo introduz uma breve contextualização de hegemonia social prontamente seguida de questões identitárias, estereótipos e visualidades, e é finalizado explicitando o conceito de necrocultura do armário trazendo a obra audiovisual como exemplo. Em conclusão, verificamos que existe uma cultura social de discriminação e preconceito contra a comunidade LGBTQIA+ que perpetua um constante estado de terror e tentativa de controle de corpos e identidades a partir de uma política e cultura de vida e morte.

PALAVRAS-CHAVE: Audiovisual. LGBTQIA+. Necrocultura. Violência.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Central às relações de poder, tanto contemporâneas quanto modernas, está o homem branco, masculino, hétero, macho e viril — o *sujeito universal*. É o olhar dessa parcela social que delimita, julga e comanda os demais grupos de forma a “limita[r] nossa compreensão de mundo ao circunscrever realidades múltiplas à uma realidade humana única, estável e sólida [...]” (BORGES, 2020, p. 437). Nessa perspectiva de centralidade empírica, na qual a produção de sentidos e conhecimento advém de uma esfera extremamente limitada e hegemônica, não se permitem modos de ser e estar contracorrentes. Perpetuando uma visão singular, não diversificada, esse “*olhar de deus*”

¹ Doutor em Meios e Processos Audiovisuais pela Universidade de São Paulo (USP). Professor-adjunto do Departamento de Comunicação Organizacional e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília (FAC/UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0186805226061366>. E-mail: felipepolydoro@gmail.com.

² Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade de Brasília (UnB). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2497515774771088>. E-mail: joaogabriel.gomes.m@gmail.com.

(BORGES, 2020, p. 437, grifo do autor) reestrutura o modo como os demais olhares enxergam o mundo, em seus sentidos político, econômico e, talvez principalmente, social.

É dessa reestruturação e centralização do olhar, logo, que práticas sociais de violência são disseminadas e banalizadas para com indivíduos e grupos não hegemônicos. A utilização dos estereótipos como forma de reducionismo e apagamento identitário (HALL, 2016), além das discriminações de cunho racista, misógino, homo/lesbo/trans/*queer*fóbico engendram comportamentos intolerantes com o diferente, resultando em uma sociedade estratificada, guiada pelos princípios de normalidade construídos sociohistoricamente e veiculados como princípios de civilidade (GONTIJO, 2021). Nesse sentido, políticas e condutas de tratamento são priorizadas em detrimento de outras, criando hierarquias sociais que (não) autorizam certos modos de ser e estar no mundo por parte de determinados grupos.

Neste artigo, analisamos as reverberações dessa estrutura hegemônica centralizada no homem branco sobre os demais grupos sociais, em específico a comunidade LGBTQIA+ (*queer*³). Nosso objetivo aqui é verificar como a formulação de estereótipos para com esse grupo contribui para a perpetuação de uma política de inimizade (MBEMBE, 2017) de gênero e sexual que sentencia corpos e identidades a um estado de Outro (HALL, 2016), justificando subversões hegemônicas de cancelamento, apagamento e destruição do diferente. Utilizando o filme *The Inspection* (2022), da produtora estadunidense A24, analisamos a estereotipação da comunidade LGBTQIA+ na mídia contemporânea e como sua representação é construída, disseminada e entendida em sentidos de diversidade e violências. Nos voltamos mais especificamente aos retratos do *gay* nesses espaços, visto que essa é a categoria identitária na qual o personagem principal do filme se identifica. É importante apontar que, mesmo que nossa análise relacione-se mais com essa parcela específica de tal comunidade, ela pode se estender às demais identidades, não sendo, portanto, exclusiva.

Ao longo do artigo, buscamos responder: de que forma a construção de estereótipos sobre a comunidade LGBTQIA+ pode influenciar no modo como essa comunidade é respeitada, aceita e tratada na sociedade? Quais são as implicações dessas representações no circuito de violência em que indivíduos dessa comunidade são forçosamente inseridos?

³ *Queer* muitas vezes é utilizado como termo guarda-chuva para a comunidade LGBTQIA+. Também pode servir como termo que se refere ao campo dos estudos de gênero e sexualidade (ex: estudos *queer*).

Como o processo de inimizção do diferente e a política do Outro contribuem para uma possível *necrocultura do armário*?

2. SUJEITO UNIVERSAL E HEGEMÔNICO

Existe, principalmente hoje, o discernimento coletivo de que, sociohistoricamente, o homem sempre esteve em posições de poder e privilégio em relação a mulher. Diversos sociólogos, antropólogos e pesquisadores da área, como Judith Butler e Raewyn Connell nos mostram como se deu a construção dos papéis sociais de gênero e quais suas implicações na sociedade. Nesse sentido, a concepção, também coletiva, de que pressões, paradigmas e responsabilidades diferentes foram atribuídas a diferentes gêneros, conforme foram construídas percepções sociobiológicas atreladas ao imaginário social, é bastante difundida por textos e documentos no eixo dos estudos de gênero, da sexualidade e das representações. Aqui, como voltamos nossa atenção à comunidade *gay*, contextualizamos as teorias e o discurso com mais ênfase no sexo masculino, esse ainda regido pela perspectiva euro-racial-cis-centrada como matriz de poder (GONTIJO, 2021).

Pensando, então, nesses papéis sociais de gênero, Connell (1995) teoriza a respeito do *papel masculino* na sociedade e as questões de masculinidade que o envolvem.

A masculinidade é uma configuração prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de “masculinidades” (CONNELL, 1995, p. 188, grifo do autor).

Sendo assim, homens diferentes apresentam masculinidades diferentes, podendo essas serem por vezes mais *masculinizadas*, por outras mais *feminizadas*. Consequentemente, a estrutura hegemônica que organiza os papéis sociais de gênero não uniformiza todos os homens. Eles possuem, sim, mais privilégios que outros gêneros e *não gêneros*, como quando comparado às mulheres por exemplo, porém, dentro da concepção do que é existir e viver como homem, existem diferentes hierarquias (ECCEL; GRISCI, 2011). Isto é, existe uma concepção naturalizada e disseminada de uma masculinidade ideal — ou melhor dizendo, uma masculinidade hegemônica (CONNELL, 1995; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013).

A masculinidade hegemônica, “[...] entendida como um padrão de práticas (i.e., coisas feitas, não apenas uma série de expectativas de papéis ou uma identidade) que

possibilitou que a dominação dos homens sobre as mulheres continuasse” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245), torna-se, logo, um pré-requisito para os homens legitimarem sua posição social de privilégio e poder. Quanto mais próximo ao *sujeito universal*, ou, ainda, quanto mais hegemônica for sua identidade, mais honrado tal indivíduo será (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). A masculinidade hegemônica é, portanto, a forma mais elevada de masculinidade(s) possível ao homem — ela legitima o papel social do gênero nas sociedades moderna, pós-moderna e contemporânea.

Devido a isso, porque existe uma masculinidade socialmente considerada superior, por relação, e como apontaram Eccel e Grisci (2011), existem masculinidades inferiorizadas e preteridas na ordem hegemônica. Essas, por serem marcadas com o aspecto da diferença — não se aproximam às expectativas sociais e de ordem do gênero —, sofrem processos de estereotipação como tentativa de controle e organização. Ou seja, mesmo que autorizadas outras masculinidades para além da hegemônica, existem dinâmicas que visam regular as diferenças.

[O]s estereótipos, a exemplo de outras categorias, atuam como uma forma de impor um sentido de organização ao mundo social; a diferença básica, contudo, é que os estereótipos ambicionam impedir qualquer flexibilidade de pensamento na apreensão, avaliação ou comunicação de uma realidade ou alteridade [...] (FREIRE FILHO, 2004, p. 47).

Assim, além de se expressarem como um modelo de categorização, aproximação e distanciamento entre/de indivíduos, os estereótipos “reduzem a complexidade das interações concretas e contribuem para ampliar o grau de previsibilidade nas novas interações [...]” (BIROLI, 2011, p. 4-5), diminuindo as identidades dos sujeitos a características específicas, orientando a leitura social a partir de informações e conhecimentos prévios (BIROLI, 2011). Como nos lembra Hall (2016), os estereótipos são, não apenas reducionistas por natureza, mas se configuram como uma prática que objetiva naturalizar e fixar a diferença. Atrelar indivíduos ou grupos sociais a um determinado estereótipo é marcá-los com o símbolo da diferença. É significá-los enquanto Outro — sujeito não universal, não hegemônico, anormal. Esse poder de marcar, significar e definir o Outro é o que Hall (2016) coloca como principal utilização dos estereótipos, sendo eles, portanto, originários e mais frequentes em ambientes onde há maior desigualdade de poder.

Desse modo, se temos essa ordenação que privilegia e pretere indivíduos consoante suas identidades, é possível evidenciar indivíduos e grupos sociais presentes nessa escala que estão mais suscetíveis à marca dos estereótipos do que outros, segundo a aproximação e distanciamento do seu *eu* com a hierarquia definida pela hegemonia. Nessa perspectiva, então, temos o homem *gay*, com sua identidade moldada a partir de sua homossexualidade, naturalmente não hegemônica. Ele, logo, torna-se um dos alvos da ordem hegemônica e é submetido à estereotipação e comparações normativas que buscam ditar seus modos de ser e estar no mundo, além de impor limites, processos de estratificação e violências (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013; RIBEIRO, 2022).

No entanto, da mesma maneira em que existem diferentes masculinidades, pois são frutos das relações de gênero construídas em diferentes cenários sociais (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013), ser *gay* traz consigo a mesma gama de possibilidades, pois evidencia (apenas) uma das (muitas) partes que constituem as identidades do indivíduo (BELELI, 2009; SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013; LOPES, 2017; RIBEIRO, 2022). E é dessa possibilidade de enxergar as identidades e processos identitários como contínuos, não fixos, sempre em construção, fruto das relações e temporalidades sociais (BUTLER, 1988; HALL, 2016) que avançamos este artigo sobre as questões de gênero, agora adentrando o campo da sexualidade como característica fundamental da identidade individual.

3. IDENTIDADES E ESTEREÓTIPOS

Diante das diferentes masculinidades, que vão além da masculinidade hegemônica, como nos mostra Connell (1995), há também diferentes possibilidades dentro de gênero, sexualidades, expressividades e identidades. Para Judith Butler, o gênero “é a repetição estilizada de ações durante o tempo [...]” (BUTLER, 1988, p. 520, tradução nossa), um conceito que não é estático, agregando diferentes possibilidades de expressão e de identificação (BUTLER, 1988). Por consequência, além do gênero apresentar múltiplas categorizações, outras características atreladas a ele, como expressividades, também são multipossibilidades.

Em todo caso, o importante a reter é que ao quebrar-se a lógica unilateral “corpo/sexo/gênero”, o gênero estaria indiciosamente presente na expressividade corporal podendo coexistir masculinidades e feminilidades em corpos sexuados de homens e mulheres indistintamente (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013, p. 40, grifo do autor).

Da mesma forma em que não existe apenas uma masculinidade (nem feminilidade), o gênero e suas imbricações existem para além do binômio homem-mulher — ele existe em um contexto muito mais amplo e complexo que caminha lado a lado com as proclamações e identificações identitárias dos indivíduos. Não existe um jeito correto de ser homem — por assimilação, não há, também, um jeito correto de ser *gay* —, mas uma tessitura de características étnicas, raciais, culturais e sociais que significam os indivíduos em uma lógica que vai além do *sujeito universal* e da hegemonia sociopolítico-cultural.

Todavia, não é essa perspectiva que os estereótipos buscam construir e disseminar. “Nós, obviamente, fazemos grandes esforços para fixar o significado — é precisamente o que as estratégias de estereotipagem pretendem fazer, muitas vezes com considerável sucesso, por um tempo” (HALL, 2016, p. 211). Eles são uma tentativa de fixar indivíduos a características reducionistas (HALL, 2016) que encaixotam e uniformizam identidades.

Segundo Bento (2011), existe na normativa do ser homem, principalmente quando se coloca em perspectiva o homem *gay*, um fenômeno que ela denomina como heteroterrorismo: um conjunto de ações e reações que produzem e reproduzem as relações de gênero e a heterossexualidade. É a tormenta das subjetividades não normativas enquanto gênero e sexualidade, partindo da masculinidade hegemônica (heteronormativa) como instrumento de regulação identitário.

As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Os regimes de verdades estipulam que determinadas expressões relacionadas com o gênero são falsas, enquanto outras são verdadeiras e originais, condenando a uma morte em vida, exilando em si mesmo os sujeitos que não se ajustam às idealizações (BENTO, 2011, p. 553).

A exaltação do homem masculino, macho, viril, incita uma hipervalorização do masculino dentro da lógica hegemônica patriarcal, perpetuando uma perspectiva dominante-dominado no que tange a outras masculinidades e às feminilidades. De maneira mais prática, “qualquer sombra do feminino [e expressões de gênero que vão além da masculinidade hegemônica] pode fazer com que o sujeito torne-se abjeto, inferior e sem valor” (RIBEIRO, 2022, p. 119). Assim, instaura-se para com a comunidade *gay* um processo de atribuição do estado de Outro (HALL, 2016) que busca justificar atos de discriminação e violências com/a esses sujeitos (MBEMBE, 2017).

Esse tratamento de inimizade é especialmente visível no filme *The Inspection* (2022), no qual acompanhamos a história de um homem negro e *gay* que se alista nos fuzileiros navais em busca de melhores condições de vida. Desde sua proposta inicial, a obra mostra tanto uma perspectiva de contestação desse sujeito para com a estrutura e hierarquia militar, quanto às discriminações e violências às quais sua identidade é constantemente submetida. Antes da ambiência militar, entretanto, a narrativa nos posiciona diante de uma história em que os valores do homem e da masculinidade hegemônica se sobressaem em detrimento de outras identidades. Vemos o personagem principal, French, em posições de inimizade e alteridade instituídas por sua própria família: é mostrado como primeira cena do filme que o personagem vive em situação de rua, pois sua homossexualidade foi contestada e rejeitada por sua mãe, figura extremamente religiosa e valorizadora dos *bons costumes*.

Como definiu Bento (2011), a não aceitação da identidade *gay*, projetando expectativas e desejos a indivíduos, que eles sejam (e somente sejam) heterossexuais, impõe a normativa de comportamento e desempenho social esperado pelos homens. O não seguimento da expectativa de sujeito ideal engendra situações de violência e preconceito justificadas pela lógica hegemônica e colonial da inimizade e do Outro (HALL, 2016; MBEMBE, 2017).

No contexto do filme, para a mãe de French, não parece existir problema ou qualquer contestação interior que a faça questionar a forma como trata e subjuga seu próprio filho. Não há, para ela, nada errado ao posicionar jornais no sofá de sua sala, ao receber visita de seu filho, para que ele sente.

Figura 1 - Mãe de French coloca jornais sobre o sofá para que ele sente.



(THE INSPECTION, 2022). Reprodução do autor.

Ou, então, impedir que ele toque nas decorações da casa para que não sujem com *aquela identidade gay* que carrega.

O impacto social, tanto do discurso religioso, quanto médico, influencia diretamente na perpetuação da violência, da vulnerabilidade dos sujeitos e no escalonamento de padrões de sujeitos aceitáveis para a sociedade, lembrando que é pelos estereótipos que pode surgir a permissão à violência (RIBEIRO, 2022, p. 121).

Não suficiente, o personagem apresenta jeitos e trejeitos que vão de encontro à masculinidade hegemônica, isto é, não se apresenta nem se expressa como esperado socialmente do homem nessa lógica subversiva. French não é macho, viril, masculino; mas sensível e feminino, características essas atribuídas e esperadas socialmente apenas de mulheres (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013). Por sua própria masculinidade, paradoxalmente mais feminina, mas ainda uma masculinidade, contestar a perspectiva heteronormativa, sua identidade torna-se alvo de constantes abusos. “é possível indicar que, em se tratando de identidade(s) *gay(s)*, talvez com um tom de certeza, os homens homossexuais afeminados sejam os perfis mais abominados, por isso mais violentados e menos visualmente desejados [...]” (RIBEIRO, 2022, p. 119). Esse ponto, por sua vez, é visível ao longo da narrativa do filme, em que, após se alistar ao corpo dos fuzileiros navais, French é constantemente destrutado por *destoar*, principalmente, expressivamente dos demais cadetes, sendo tratado com alteridade dentro daquele ambiente, como se *alguém como ele* não devesse (ou pudesse) estar ali.

Mais uma vez, assim, a estrutura sociohistórica do gênero mostra-se fundamental para a organização social dentro dos parâmetros hegemônicos. A dominação não atravessa apenas diferentes gêneros (homem, mulher), mas também se transversaliza dentro de cada gênero, a partir da constante vigília individual dos papéis e expressões identitárias que os indivíduos assumem/possuem (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013). Esse controle é o que Borrillo (2010) define como homofobia: um “dispositivo de vigilância das fronteiras do gênero [...]” (BORRILLO, 2010, p. 8 apud SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013, p. 49), que dita o correto e o incorreto conforme os comportamentos, atitudes, expressões e identificações esperadas de cada indivíduo perante seu gênero.

Esta interpelação que associa a identificação *gay* à desadequação de gênero (efeminação) salvaguardando, ainda que implicitamente, as normas de gênero (homem masculino, mulher feminina) à heterossexualidade, contribui para a produção e construção geral de um estereótipo conveniente [...] (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013, p. 49)

Esse estereótipo conveniente ao qual os autores se referem nada mais é que a concepção social de que todo homem afeminado é *gay* e todo homem masculino é hétero. Por causa dessas construções sociais sobre os papéis de gênero e as masculinidades, ao longo do filme, French é constantemente alvo de violências, tanto verbais, quanto psicológicas e físicas, e é submetido a um lugar de inimizade e não pertencimento. Perante ao que Hall (2016) definiu como o poder de marcação e significação de valor que os estereótipos possuem, esse estereótipo conveniente busca legitimar o preconceito e a violência para com indivíduos que desviam da normativa do gênero.

4. NECROCULTURA DO ARMÁRIO

A condição de constante violência a qual indivíduos LGBTQIA+ (e outros grupos não hegemônicos) são submetidos não se apresentam somente como microagressões — discriminação e preconceitos entre sujeitos —, mas também como macroagressões que, conforme define Jones (2000 apud WHITFIELD et al., 2014), são construídas estruturalmente, limitando o acesso de bens e serviços de determinados grupos sociais a partir de políticas e práticas instituídas na sociedade.

Essa perspectiva, ainda, é reforçada por Gontijo (2021) em que o autor relembra que o Estado possui poder e autorização sociohistórica (i)legítima para definir o correto e o incorreto, ditando como suas populações e grupos devem viver e se expressar. Seria, então, uma tentativa de mostrar a civilidade daqueles cidadãos a partir da ótica hegemônica patriarcal.

Mas ao fazê-lo, o que está sendo transformado em exemplo nacional não condiz, de fato, com a diversidade da realidade local: geralmente, escondem-se as relações de poder internas que içaram certas práticas à condição de exemplares, em detrimento daquelas que foram então voluntariamente mantidas ocultas, silenciadas ou enquadradas (GONTIJO, 2021, p. 32).

Sendo assim, as relações de poder e dominação e suas conseqüentes violências acontecem nos meios micro e macro, revelando-se em diferentes esferas sociais, e não se limitando, portanto, a questões e/ou critérios específicos, mas se desdobrando com mais ou menos força a depender da uniformidade das identidades em relação à identidade hegemônica.

Como nos coloca Almeida (2021), a sociedade e o Estado contemporâneos são marcados pela constante permanência de um estado de guerra, que toma forma a partir das contradições e antagonismos que se desdobram nas/pelas vias sociais. “Não se faz referência, aqui, a uma guerra presente, mas à instituição de uma lógica de guerra cuja importância está em ativar o uso das tecnologias e dos dispositivos de poder” (ALMEIDA, 2021, p. 4). É dessa lógica, por conseguinte, que trazemos as perspectivas de *outrização*, ponderada por Hall (2016), e as políticas de inimizade e necropolítica de Mbembe (2017).

O processo de *outrização* caracteriza-se pela conferência de um estado de Outro àqueles indivíduos que vão de encontro às características do *sujeito universal* e da hegemonia, isto é, são *marcados pela diferença*. A renovação e restauração do poder social está estritamente relacionado ao poder de marcar, atribuir e classificar esse Outro, conferindo-lhe uma posição de desimportância em detrimento de uma estrutura político-sociohistórica hegemônica (HALL, 2016). Assim, a indivíduos transformados em Outro são atribuídas características de representação baseadas nessas estruturas de poder que se revelam como mecanismos de controle e legitimação de identidades. Os *diferentes* não mais apenas coabitam os mesmos ambientes que o *sujeito universal*, mas estão sob uma constante política de inimizade, que os vê como uma ameaça a hegemonia e ordem sociais (MBEMBE, 2017).

Aí reside a lógica da inimizade: a vida do Outro não é ameaçadora para alguns aspectos da segurança física ou outra forma de segurança, é uma ameaça à vida em sua totalidade. A eliminação física do Outro torna-se a abordagem necessária para tal ameaça percebida (NEGRIS, 2020, p. 93).

A partir disso, adentramos o que Mbembe (2017) define como necropolítica. Sob um constante estado de terror, o direito daqueles que estão no comando (Estado e/ou soberanos) “consiste basicamente em decidir quem importa ou quem não importa viver” (NEGRIS, 2020, p. 96). É uma política que se instaura a partir da ótica de opressão colonial e se revela sobre os grupos e indivíduos não-hegemônicos. É o desenvolvimento de um poderio em espaços já marginalizados, de importância reduzida ou removida pela atuação dos detentores do poder, isto é, o espaço de atuação da necropolítica “[é] o território da ocupação colonial, onde a soberania se manifesta em um lugar identificado com desordem, loucura, ‘zona de fronteira’, onde o inimigo está sempre à espreita e onde, mesmo que não haja guerra, há a permanente ameaça de guerra” (ALMEIDA, 2021, p. 6, grifo do autor).

Assim, se esse necropoder, em forma de necropolítica, instaura-se sobre a lógica de dominação colonial, decidindo quem deve ou não morrer, consequentemente, torna-se um mecanismo de controle das vidas não hegemônicas, não coloniais, não universais, expandindo-se para além das perspectivas raciais da colonização e se estabelecendo também sobre indivíduos em estado de Outro. O entendimento desse Outro como inimigo é o que justifica a atuação da necropolítica como reguladora de dignidade e direito de vida (MBEMBE, 2017). A política representacional hegemônica seria, então, uma forma de demonstrar civilidade e superioridade sociais, em detrimento do sentimento de inimizade, *incivilidade*, conferido ao Outro — “aqueles que supostamente promoviam o terrorismo e não respeitavam os direitos humanos [...]” (GONTIJO, 2021, p. 31) —, e que deve ser controlado, dominado, apagado para manter a ordem colonial, patriarcal e hegemônica.

Desse modo, como evidenciamos as políticas de inimizade e a *outrização* configuradas a partir de uma tentativa de justificar as violências contra grupos e indivíduos que vão de encontro à lógica hegemônica, pautando-se sobre uma ideia de distúrbio da ordem social, propomos aqui uma expansão direcionada do termo cunhado por Mbembe (2017), necropolítica, ao nosso grupo recorte, a comunidade LGBTQIA+.

Se a necropolítica age sobre o não hegemônico, *divergente*, em espaços marginalizados (de desordem e *incivilizados*), postulando um infundável estado de guerra com o Outro e instaurando um constante terror para com as identidades e corpos não coloniais, não “branco-hétero-cristão-capitalista[s]” (BORGES, 2020, p. 437), então, podemos apontar que a necropolítica (também) age sobre o *queer*, enquanto identidade, corpo, política, teoria, epistemologia.

Como apontamos anteriormente e segundo nos traz Ribeiro (2022), as identidades *queer* representam ameaça à perspectiva e à construção social dos gêneros que se valem a partir da consolidação da masculinidade heteronormativa (RIBEIRO, 2022) e dos ideais performáticos esperados (BUTLER, 1988) — desqualificando, infringindo e rompendo o *ser masculino* (ou feminino). São, portanto, identidades que divergem das concepções normativas sociohistoricamente construídas e manipuladas de gênero (e sexualidade) e desestruturam os saberes hegemônicos.

À vista disso, somando o conceito primordial de necropolítica à utilização do necropoder como forma de dominação e legitimação de vidas e pensamentos *queer*,

pegamos emprestado o termo “necrocultura do armário” (RIBEIRO, 2022, p. 123) e desenvolvemos uma conceituação do(s) objeto(s) e dinâmicas aos quais tal termo referencia.

Na perspectiva da necropolítica, existe uma tendência soberana de controle da morte, em que a máxima da soberania e do poder reside em decidir quem vive e quem morre, a partir da instrumentalização das políticas de inimizade, estado de exceção e emergência (MBEMBE, 2017). A marcação do *divergente*, da *outrização*, é, por sua vez, o exercício dessa inimizade — é a designação do diferente a uma posição de calamidade, prejudicial à ordem hegemônica e que deve ser combatida. Se a justificativa para a necropolítica contemporânea recai justamente sobre tal perspectiva, em que é necessário enfrentar o dissidente, agora já em momento emergencial, é uma prática que visa ao apagamento (existencial) *queer* em todos os sentidos. Essa proposição torna-se evidente quando analisamos as (sobre)vivências dessa dissidência não apenas em ambientes discriminatórios, terroristas e violentos, mas também em âmbitos de convívio geral, rotineiros, diários — como ambientes de trabalho, escola, familiar (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013; WHITFIELD et al., 2014). É daqui, finalmente, que cunhamos nosso conceito de *necrocultura*.

Pontuamos anteriormente que a necropolítica é, de forma geral, o exercício do poder de matar pelos soberanos. A enraização dessa política nas veias sociais acarreta na naturalização do *expurgo* do diferente, nesse caso, tudo o que não é colonial, patriarcal, hegemônico e/ou heteronormativo — para nós, *queer*. Consequentemente, essa naturalização concebe autorizações, individual e coletiva, para promover dinâmicas e situações conflituosas cujo objetivo é desmoralizar, menosprezar e combater, consciente ou inconscientemente, aquilo que desestabiliza a organização idealizada social. É o surgimento de políticas de intolerância, opressão e inimizade nos campos culturais.

Noções pretensamente universalistas a propósito da experiência de ser gay, homem, bissexual, lésbica ou mulher, por exemplo, incidem no mesmo equívoco, qual seja, a marginalização dos indivíduos que não atendem aos critérios do que supostamente deveria ser norma universal. Políticas de opressão e ideologias de dominação que as justificam e ‘legitimam’ estão imbricadas, provocando práticas difusas de violência que englobam homofobia, lesbofobia, transfobia, racismo, misoginia, entre outros tipos de discriminação (LOPES, 2017, p. 421-422).

Nesse sentido, a transformação do preconceito (discriminação, estereótipos, violências) em um fenômeno cultural transmitido e difundido em massa corrobora para a

manutenção do necropoder, agora configurado em uma espécie de necrocultura: a naturalização das dinâmicas de micro/macroagressões que se configuram como produtos da necropolítica contemporânea.

Porque tal termo pode ser utilizado de forma a abarcar quase todas (senão todas) as identidades *divergentes* que se veem diante dessa política de morte, tem-se uma necessidade de recortar essa lógica em uma perspectiva *queer*, LGBTQIA+, a fim de verificar, analisar e compreender como essa nova-velha *prática cultural* recai sobre esse grupo em específico. Assim, não somente utilizamos a referida necrocultura para situar as violências e complexificações dessas existências, mas também acrescentamos a ela o termo *armário* para atrelar um sentido mais específico. Abrindo um rápido parêntesis, *armário* tem sido o termo utilizado pela comunidade *queer* para aludir ao local onde suas identidades estão guardadas, podendo os indivíduos decidir se querem *sair do armário* (se assumir), ou permanecer nele. Para Lopes (2017), é uma forma de pertencer a uma comunidade ampla.

Nesse sentido, conforme apresentado em momentos anteriores do texto, existe uma dinâmica e movimento sociais que buscam enclausurar as diferentes identidades *gays*, *queer* e/ou LGBTQIA+ em rótulos reducionistas de cunho negativo — os estereótipos (HALL, 2016) —, da mesma forma em que se busca engessar a(s) masculinidade(s) como uma e singular, e não como diferentes possibilidades de expressão e performance do gênero (BUTLER, 1988; CONNELL, 1995). Desse modo, molda-se uma cultura de opressão e discriminação que visa regular a autoidentificação de indivíduos *queer*, imbuindo correções de pensamentos, atitudes e modos de ser a partir de dinâmicas de violência e terror hegemônico-heteronormativo. Isso seria, então, a necrocultura do armário: um conjunto de práticas sociais culturalmente enraizadas que objetivam normatizar, regular e apagar identidades *queer* e LGBTQIA+.

Essas práticas, por conseguinte, não necessariamente são frutos externos a essas comunidades, elas aparecem com certa frequência entre os próprios indivíduos que se identificam dentro do espectro LGBTQIA+. Do mesmo modo em que se institui a necropolítica, a necrocultura do armário também estrutura-se por meio da concepção binária dominante-dominado, superior-inferior, e utiliza de preceitos hegemônicos *universais* para se manter presente. Segundo Ribeiro (2022), identidades *queer* mais normativas, mesmo que ainda *dissidentes*, desvalorizam e preterem outras identidades

menos normativas — à exemplo, *gays* discretos podem reproduzir discriminações contra *gays* afeminados por estes estarem mais distantes das adequações sociohistóricas de gênero. O que Santos, Ferreira e da Silva (2013) colocam como uma espécie de manifestação da “*homofobia interiorizada/violência simbólica*” (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013, p. 57, grifo do autor).

Um olhar atento pelas culturas juvenis *gays* revelou uma oposição distintiva entre o “gay normal (masculino, não frequentados de sítios *gays*)” e a “bicha louca” (efeminada, frequentador assíduo de lugares *gays*). A bicha funciona para o gay masculino da mesma forma que o gay (na sua generalidade e estrategicamente tomado como “efeminado”) funciona para o homem heterossexual. Assim como subsiste historicamente um estereótipo dominante do gay efeminado que é visível no panorama escolar, também existe, dentro da cultura gay, um mudo duelo de forças entre o “gay normal” (a homossexualidade viril e respeitável, mais próxima da heterossexualidade) e a “bicha louca” (a homossexualidade repudiada e mais próxima da ideia de uma homossexualidade exclusiva); ideia que é tão historicamente coextensiva quanto a primeira (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013, p. 58, grifo do autor).

Esse destrato do *gay* afeminado em detrimento do *gay* masculino, viril e mais próximo do *modelo heterossexual* torna-se evidente quando analisamos o filme *The Inspection* (2022). Por exemplo, na narrativa, a trajetória de French é sempre marcada por constantes violências e tentativas de regulação de sua identidade enquanto homem *gay*, questão essa que se torna ainda mais clara quando os personagens coadjuvantes começam a inferir sua orientação sexual a partir da sua performance de gênero. Mesmo nunca afirmando-a com palavras, os estereótipos atribuídos a corpos *gays* deságuam na masculinidade e feminilidade do personagem, isto é, quando se torna de conhecimento geral que French não apresenta as características esperadas de um homem hétero, macho e viril, assume-se que seja um homem homossexual, apesar da falta de confirmação oral. O enraizamento de tais estereótipos, assim, funciona como códigos silenciosos de opressão que são naturalmente disseminados e perpetuados nas vias sociais, de modo a tentar controlar e normatizar o diferente.

Ilustrando, há uma cena em que o personagem apresenta uma ereção enquanto está tomando banho no vestiário com seus colegas recrutas. À mando de seu superior, French é impedido de deixar a sala de banho até que seus colegas terminem de *ensiná-lo* a maneira correta de agir: em uma situação três contra um, French é empurrado, socado, chutado e estrangulado, até que por fim desaba no chão, com sua cabeça enrolada em uma toalha, de

forma a cobrir todo o seu rosto, e sangra desamparado no azulejo do banheiro. Nesse momento, percebemos uma das formas mais violentas da homo(lesbo/trans/queer)fobia, a violência que vai além de apenas agressão, ela é intransigente, corretiva e terrorista (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013; RIBEIRO, 2022).

Figura 2 - French com o rosto coberto no chão do banheiro.



(THE INSPECTION, 2022). Reprodução do autor.

Não obstante, além de revelar “todo o esplendor do potencial da violência desumanizadora da homofobia” (SANTOS; FERREIRA; DA SILVA, 2013, p. 55), a cena nos traz uma visualidade não apenas do necropoder como um *produto cultural*, mas apresenta uma estética de violência física bastante forte: o ato de cobrir a cabeça do corpo violentado. Essa é, então, a potência de desumanização da homofobia e da necrocultura do armário. É a tentativa de se apagar identidades e corpos *queer* através da extrema violência, removendo-lhes os direitos de identificação mesmo após o delito. Tapar a face, nesse caso, é *outrizar* o diferente até seu último suspiro. É retirar dele seu direito de vida e atribuir controle pela morte.

A partir dessa cena, temos na narrativa uma cadeia de violências e discriminações subsequentes, quase todas apenas contra French, que nos ajudam a compreender a lógica da necrocultura do armário como um exercício do necropoder contra indivíduos *queer* e LGBTQIA+.

Outro momento que é válido analisar detalhadamente é quando os cadetes são levados às piscinas para treinamento de primeiros socorros em água. Na cena, French é encarregado de simular um resgate: o personagem mergulha na piscina para salvar um companheiro que está se afogando, representado, na simulação, por seu superior. Enquanto vemos o primeiro mergulhar e nadar para resgatar a vítima, temos, ao mesmo tempo, uma narração fora de tela realizada na voz do segundo. “[...] Vocês devem salvar um homem que

está se afogando. Um homem que se afoga é o mais perigoso, ele irá lutar contra você, mesmo que esteja tentando salvar a vida dele”⁴. Essa fala antecede mais um momento de violência no filme, e aparenta servir como justificativa para os acontecimentos seguintes. O superior planeja e cria um cenário que autoriza, em sua própria perspectiva, o que virá a fazer nos próximos momentos.

Assim que French chega para o resgate, os dois personagens se engalfinham dentro da água, ainda na simulação, até que o resultado dessa ação seja French verdadeiramente afogado, enquanto o outro deixa a piscina sozinho (o inverso do que deveria acontecer, pois o personagem principal era responsável pelo resgate). Durante a briga, vemos French sinalizar e reconhecer a derrota, porém, não há qualquer tentativa ou desejo do outro de parar com aquela violência até que French seja nada além de um corpo sem vida na água. É importante apontar aqui que, diferentemente da cena que descrevemos anteriormente, em que o personagem apesar de bastante violentado sobrevive à situação; nessa, temos, talvez, uma cena ainda mais violenta, pois vemos seu corpo afogado, quase sem vida, boiar na água sem amparo — ele apenas não morre, pois é resgatado por um de seus colegas.

Figura 3 - Corpo afogado de French.



(THE INSPECTION, 2022). Reprodução do autor.

Novamente, vemos o necropoder em seu estado mais puro. A partir de uma justificativa considerada suficientemente relevante para o delinquente, ele realiza um ato extremo de violência: a tentativa de retirar a vida de French por não considerá-lo como alguém digno e civilizado o bastante para estar ali — não apenas na ambiência física da instituição militar, mas presente e vivenciando o mundo que também deveria ser (e é) seu direito.

⁴ Diálogo presente no filme *The Inspection* (2022). Tradução do autor.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A normatização da hegemonia patriarcal e a disseminação da ótica colonial como prioridade e centro das relações sociais e de poder engendra formas de controle sobre corpos e identidades dissidentes de modo a justificar as discriminações e violências para com esses grupos. O universalismo dessa lógica deu-se “por meio do controle bio(necro)político dos corpos através dos regimes de verdade instauradores da ideologia e da hierarquia raciais, do binarismo de gênero e da heteronormatividade [...]” (GONTIJO, 2021, p. 30), que nos cenários *queer* e LGBTQIA+ resultou nas práticas que propomos chamar de necrocultura do armário. Os constantes terrorismos e preconceitos contra essa comunidade resulta em indivíduos temerosos de seus futuros, com amanhã incertos, e uma crescente homofobia interiorizada como tentativa de negar aquilo que seria o motivo de sua morte.

A estereotipação de indivíduos que se identificam como parte da comunidade LGBTQIA+ em características preconceituosas e rasas reduz suas vivências e experimentações sociais (HALL, 2016), enclausurando-as sobre uma lógica que, paradoxalmente, se coloca como universal. As (sobre)vivências *queer*, então, são feridas por essa racionalidade e se tornam alvos diários de discriminação. Mesmo assim, vemos nessa comunidade indivíduos que não abandonam suas identidades em face do heteroterrorismo (BENTO, 2011) nem da necrocultura do armário, lutando contra práticas higienistas e normativas, como nos mostra o final do filme *The Inspection* (2022).

Apesar de todas as situações que o personagem principal é submetido ao longo da narrativa, ele ainda apresenta forças e motivações para questionar os abusos de poder e discriminação aos quais é submetido diariamente nos quartéis e treinamentos. Sua identidade como *gay* afeminado representa uma ameaça maior à pureza heterossexual do que as identidades *gays* mais normativas, nesse caso, mais masculinas (LOPES, 2013). E se sua própria existência já é motivo de desconforto e confrontos para outrem, por que, então, deveria ele se abster dos questionamentos, resistências e reafirmações identitárias?

Ser *gay* afeminado não se trata especificamente de um papel sexual, mas igualmente passa por ele, tendo inúmeras vias de escape. Por sua vez, também apresenta o corpo como dispositivo principal, questionando o papel da imagem do homossexual nos dias atuais, lidando com questões de identidade, procurando estabelecer uma relação entre gênero e orientação sexual. Afinal, o corpo é o único

lugar que ele tem para expressar o que sente. Ser gay afeminado seria, assim, um ato de apropriação do próprio corpo (LOPES, 2013, p. 410-411).

Assim, a representação de French em *The Inspection* (2022) não é somente uma representação de um homem negro, *gay* e suas (con)vivências, mas também a representação das contraposições propostas pela descentralização da lógica dominante-dominado nos contextos *queer* (BORGES, 2020). É a busca por uma representatividade do *gay* afeminado enquanto identidade resistiva, subversiva e contestadora, que ultrapassa a concepção da “desqualificação do sujeito gay também enquanto homem [...]” (RIBEIRO, 2022, p.118) e o coloca como sujeito digno e passível de uma boa vida. Ao mesmo tempo em que ser *queer* é marcar-se com uma diferença rechaçada pela ótica hegemônica, é também ser movimento subversivo, resistivo e contracorrente.

A ideia de um *sujeito universal*, hegemônico, colonial e patriarcal, apesar de inegavelmente já estabelecida nos meios socioculturais, atualmente encontra resistência em grupos não hegemônicos e minorizados — como nas propostas, teorias e identidades *queer*, conforme colocado ao longo deste trabalho. A estratificação do *queer*, logo, promove em sua (re)configuração movimentos resistivos e contra-hegemônicos que buscam não apenas subverter a lógica de dominação colonial e hegemônica-patriarcal, mas também reivindicar espaços e direitos que contrariam a normalização do necropoder — “uma postura queer deve abraçar o imbricamento de perspectivas amplamente desestabilizadoras [...]” (BORGES, 2020, p. 438). “[O] discurso dominante da comunidade homossexual [ou comunidade LGBTQIA+] pautou-se pela afirmação da diferença como pressuposto da existência, postura, aliás, adotada por outros movimentos e manifestações de minorias, como os negros e as mulheres” (LOPES, 2017, p. 411). Logo, essa proposta de hierarquização social com base na hegemonia revela-se como uma organização universalizada ilegítima que utiliza da força, terror e coerção para se manter (ir)relevante.

FILMOGRAFIA

THE INSPECTION. Direção: Elegance Bratton. Nova Iorque: A24, 2022. Paramount + (95 min.).

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, S. Necropolítica e Neoliberalismo. **Caderno CRH — Revista de Ciências Sociais**, Salvador, v. 34, p. 1-10, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/45397>

BELELI, I. “Eles[as] parecem normais”: visibilidade de gays e lésbicas na mídia. **Revista Bagoas**, Rio Grande do Norte, vol. 3, nº. 4, p. 113-130, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2299>

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 19, nº. 2, p. 549-559, mai./ago., 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/DMNhmpzNbKWgH8zbGhLQks/?format=pdf&lang=pt>

BIROLI, F. É assim, que assim seja: mídia, estereótipos e exercício de poder. **COSMOPOLÍTICA**, IV Encontro da Compolítica, Rio de Janeiro, abr. 2011. Disponível em: http://compolitica.org/novo/anais/2011_FI%C3%A1via-Biroli.pdf

BORGES, T. Modos Queer de Pesquisar e a Questão Racial: Conjugando Epistemologias Feministas, Interseccionalidade e Decolonialidade. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, vol. 21, nº 2, p. 435-451, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/les/article/view/35198>

BORRILLO, D. **Homofobia — História e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BUTLER, J. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journal**, Maryland, Estados Unidos, vol. 40, nº. 4, p. 519-531, dezembro, 1988. Disponível em: https://www.amherst.edu/system/files/media/1650/butler_performative_acts.pdf

CONNELL, R. Políticas da Masculinidade. **Educação & Realidade**, Rio Grande do Sul, vol. 20, nº. 2, p. 185-206, jul./dez., 1995. Disponível em: https://rfp.sesc.com.br/moodle/pluginfile.php/7550/mod_resource/content/1/Connell_Políticas%20de%20Masculinidade.pdf

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 21, nº. 1, p. 241-282, jan./abr., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC>

ECCEL, C.; GRISCI, C. Trabalho e gênero: a produção de masculinidades na perspectiva de homens e mulheres. **Cadernos Ebape**, Rio de Janeiro, v. 9, nº.1, art. 4, p. 57-78, março, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/5hcddQNvWTbvhcjdV5KgFJc/abstract/?lang=pt>

FREIRE FILHO, J. Mídia, Estereótipo e Representação das Minorias. **ECO-PÓS**, Rio de Janeiro, vol. 7, nº. 2, p. 45-71, ago./dez., 2004. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/1120

GONTIJO, F. Diversidade sexual e de gênero, geo(necro)política e alternativas heterotópicas. **Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste**, vol. 8, nº. 16, p. 15-40, jan./abr., 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/11752>

HALL, S. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri e Editora PUC-Rio, 2016.

LOPES, O. Gays afeminados ou a poluição homoerótica. **Periódicus – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, vol. 1, nº. 7, p. 405-422, mai./out, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/22287>

MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Antígona, 2017.

MORAIS, F. et al. De Queer a Quare: uma posta interseccional entre gênero, raça, etnia e classe. **Itinerários – Revista de Literatura**, São Paulo, nº. 48, p. 61-76, jan./jun., 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/12114>

NEGRIS, A. Entre Biopolítica e Necropolítica: uma questão de poder. **Ítaca – Especial Filosofia Africana**, Rio de Janeiro, nº. 36, p. 79-102, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ltaca/article/view/31835>

RIBEIRO, L. Sujeitos Gays: identidade(s), estética(s) e violência(s). **Caderno Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 15, nº. 45, p. 112-129, jan./jul. 2022. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt>

SANTOS, H.; FERREIRA, M.; DA SILVA, S. “Gay mas não bicha”: De uma heteromasculinidade hegemônica a uma proliferação de masculinidades gays. **Revista Iberoamericana de Salud y Ciudadanía**, Internacional, vol. II, nº. 2, p. 37-67, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/71436/2/87361.pdf>

WHITFIELD, D. et al. Queer Is the New Black? Not So Much: Racial Disparities in Anti-LGBTQ Discrimination. **Journal of Gay & Lesbian Social Services**, Internacional, vol. 26, nº. 4, p. 426-440, 2014. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2014-45871-003>

ABSTRACT

In this article, we analyze the normalization of stereotypes related to and directed at the queer (or LGBTQIA+) community as a way of justifying structural anti-LGBTQIA+ violence and violence between individuals. Based on a literature review of gender, sexuality, political, and social studies, linked to a research object in the audiovisual field, we contextualize and define a possible concept for the term *necroculture of the closet*. Using the film *The Inspection* (2022) as an object of analysis, we seek to highlight the logic behind the proposed concept, how it is expressed socially, and how it affects the queer community. The article gives a brief introduction to social hegemony, which is then followed by questions of identity, stereotypes, and aesthetics, and ends by explaining the concept of *necroculture of the closet*, using the object of analysis as an example. In conclusion, we find that there is a social culture of discrimination and prejudice against the LGBTQIA+ community that perpetuates a constant state of terror, as well as attempts to control bodies and identities through a policy and culture of life and death.

KEYWORDS: Media. LGBTQIA+. Necroculture. Violence.

RESUMEN

En este artículo nos proponemos analizar la normalización de estereotipos relacionados y dirigidos a la comunidad queer (o LGBTQIA+) como forma de justificar la violencia estructural anti-LGBTQIA+ y la violencia entre individuos. A partir de una revisión de la literatura en las áreas de género, sexualidad, estudios políticos y sociales, vinculada a un objeto de investigación en el campo audiovisual, contextualizamos y definimos un posible concepto para el término *necrocultura del armario*. Utilizando la película *The Inspection* (2022) como objeto de análisis, buscamos evidenciar la lógica que subyace al concepto propuesto, cómo se expresa socialmente y cómo afecta a la comunidad queer. El artículo hace una breve introducción a la hegemonía social, que es seguida inmediatamente por cuestiones de identidad, estereotipos y visualidades, y termina explicando el concepto de *necrocultura del armario*, utilizando la obra audiovisual como ejemplo. En conclusión, vemos que existe una cultura social de discriminación y prejuicio contra la comunidad LGBTQIA+ que perpetúa un constante estado de terror e intenta controlar cuerpos e identidades a través de una política y cultura de vida y muerte.

PALABRAS CLAVE: Audiovisual. LGBTQIA+. Necrocultura. Violencia.